



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE ALAGOAS
COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA**

**PAUTA DO COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA
1ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA ESPECIAL SOLENE - 02/01/2019**

Convoco os Senhores Procuradores de Justiça para a 1ª Reunião Extraordinária Especial Solene do Colégio de Procuradores de Justiça, a se realizar na Sala Joubert Câmara Scala, localizada no 4º andar do edifício-sede, na data de 2 de janeiro de 2019, quarta-feira, às 11h, a fim de que o Colégio se reúna em sessão solene para dar posse ao Procurador-Geral de Justiça, ao Subprocurador-Geral Administrativo-Institucional, ao Subprocurador-Geral Judicial, ao Corregedor-Geral, ao Corregedor-Geral Substituto, ao Ouvidor e ao Ouvidor Substituto, exercício 2019/2020, nos termos do art. 8º, inciso III, de seu Regimento Interno.

Gabinete do PGJ/MPE/AL, 19 de dezembro de 2018.

Assinatura manuscrita em tinta preta, correspondente ao nome do signatário.

ALFREDO GASPAR DE MENDONÇA NETO
Procurador-Geral de Justiça
Presidente do Colégio de Procuradores de Justiça

Ata da Sessão Permanente para Eleição de membros do Conselho Superior do Ministério Público de Alagoas

Aos sete dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezoito (07/12/2018), às dez horas (10:00h), na Sala de Sessões dos Órgãos Colegiados, localizada no 4º (quarto) andar do edifício-sede do Ministério Público do Estado de Alagoas, situado na Rua Dr. Pedro Jorge Melo e Silva, n. 70, bairro do Poço, no município de Maceió, capital do Estado de Alagoas, estavam presentes o Procurador-Geral de Justiça Alfredo Gaspar de Mendonça Neto e os Procuradores de Justiça Luiz Barbosa Carnaúba, Geraldo Magela Barbosa Pirauá, Sérgio Jucá, Walber José Valente de Lima, Lean Antônio Ferreira de Araújo, Antiógenes Marques de Lira, Dilmar Lopes Camerino, Vicente Felix Correia, Eduardo Tavares Mendes, Márcio Roberto Tenório de Albuquerque, Marcos Méro, Valter José de Omena Acioly, Denise Guimarães de Oliveira e Luiz de Albuquerque Medeiros Filho. Ausentes, justificadamente, os Procuradores de Justiça Antônio Arcicipo de Barros Teixeira Neto, Dennis Lima Calheiros e José Artur Melo. Inicialmente, o Presidente agradeceu a presença de todos. Disse que reassumiu suas funções no começo da semana, após a eleição em que foi reconduzido ao cargo de Procurador-Geral de Justiça. Ressaltando que o Colégio de Procuradores de Justiça é primordial para que sua gestão alcance sucesso, expressou gratidão a todos os integrantes do colegiado. Lamentando os infortúnios desnecessários que ocorreram no período, elogiou a postura firme e transparente adotada pelo colegiado durante todo o procedimento eleitoral para escolha do Procurador-Geral de Justiça. Informou que na próxima segunda-feira, dia dez do mês de dezembro do ano de dois mil e dezoito (10/12/2018), ocorrerá a inauguração da presente sala que foi totalmente modernizada, inclusive com a colocação de equipamentos de ponta, como o videowall que permitirá a realização de conferências, gravações em tempo real das sessões do Colégio de Procuradores de Justiça e do Conselho Superior do Ministério Público de Alagoas. Ato contínuo, o Presidente propôs a inserção de duas matérias na ordem do dia, a saber: 1. Proposta de Resolução CPJ. Interessado: Procurador-Geral de Justiça. Assunto: Criação de Núcleo de Gestão da Informação no âmbito do Ministério Público de Alagoas; 2. Proc. PGJ n. 3281/2018. Interessado: Diretoria Geral do MPAL. Assunto: Solicitação de alteração do quantitativo de cargos integrantes dos serviços auxiliares de apoio técnico e administrativo do Ministério Público do Estado de Alagoas. A proposta de inserção de matérias na ordem do dia da reunião foi aprovada por unanimidade pelo colegiado. Quanto ao item 1, o Presidente afirmou que a matéria versa sobre a instituição, no âmbito do Ministério Público de Alagoas, de um órgão específico de assessoramento técnico com o objetivo de desenvolver atividades de busca e coleta de informações que possam subsidiar as decisões da Administração e dos órgãos de execução. Presidente fez a leitura da ementa da proposta de Resolução. Destacou que diversos entes ministeriais da federação possuem, em sua estrutura de apoio aos órgãos de execução, um Núcleo de Gestão da Informação ou unidade com atribuições similares. Explicou o funcionamento do referido núcleo, notadamente quanto a definição de suas atribuições e os aspectos práticos de atuação. Ressaltou a necessidade da instituição do Núcleo de Gestão de Informação, destacando que o seu funcionamento possibilitará o estreitamento de laços com outras agências ou órgãos de inteligência do país. Disse que a criação do núcleo é fundamental para que o Parquet alagoano possa realizar e intensificar os convênios de cooperação técnica com os diversos órgãos de fiscalização e de inteligência do país, mormente quando se faz necessário o estabelecimento de um local específico para que os órgãos possam desenvolver suas atividades. Passada a palavra ao Excelentíssimo Procurador de Justiça Walber José Valente de Lima, este parabenizou o Excelentíssimo Presidente pela recondução ao cargo. Elogiou a atuação do mesmo a frente da instituição. Mencionando que a Escola Superior de Guerra possui um dos melhores cursos de gestão da informação do mundo, destacou a sua imprescindibilidade na formação dos processos decisórios de todas as instituições públicas. Indagou como se dará o estabelecimento do nível de sigilo da informação colhida pelo núcleo. Com a palavra, o Excelentíssimo Presidente afirmou que o núcleo de gestão da informação adotará o padrão utilizado pela Agência Brasileira de Inteligência – ABIN, com a observância das normas legais, notadamente a da Lei n. 12.527, de 18 de novembro de 2011, que regula o acesso a informações e prevê a classificação de sigilo. Dada a palavra ao Excelentíssimo Procurador de Justiça Antiógenes Marques de Lira, este parabenizou o Presidente pelo sucesso na gestão e solicitou a substituição da palavra “executar”, constante no art. 3º, inciso X, da Proposta de Resolução apresentada contraria o art. 6º da Lei n. 9.296, de 24 de julho de 1996. Passada a palavra ao Excelentíssimo Procurador de Justiça Sérgio Jucá, este sugeriu a substituição da expressão “executar” por “gerir”. Dada a palavra ao Excelentíssimo Procurador de Justiça Márcio Roberto Tenório de Albuquerque, este, verificando que os artigos 11 e 12 da proposta de Resolução apresentada estavam invertidos, propôs a retificação da ato normativo. Colocada em votação, a proposta de Resolução foi aprovada por unanimidade pelo colegiado com os adenos feitos pelos Excelentíssimos Procuradores de Justiça Sérgio Jucá, Antiógenes Marques de Lira, e Márcio Roberto Tenório de

Albuquerque. Quanto ao item 2, o Presidente explicou que o Processo em análise versa sobre a criação de cargos nos quadros de serviços auxiliares de apoio técnico e administrativo do Ministério Público de Alagoas. Afirmou da necessidade da criação de 5 (cinco) cargos de Assessor Técnico e 6 (seis) de Assessor de Gabinete, notadamente para preencher unidades administrativas da instituição. Fez a leitura do impacto orçamentário, destacando o benefício da proposta. Destacou que, com a criação dos supracitados cargos, o núcleo de gestão da informação deverá ser preenchido com os melhores materiais humanos existentes no mercado o que possibilitará que o Ministério Público alagoano alcance níveis de excelência na área de gestão e tecnologia da informação. Colocada em votação, o projeto de criação de cargos na estrutura administrativa do Ministério Público de Alagoas, foi aprovado por unanimidade pelo colegiado. Em seguida, o Presidente deu por encerrada a pauta. Adentrando na fase de comunicações, o Excelentíssimo Presidente parabenizou os Excelentíssimos Procuradores de Justiça Geraldo Magela Barbosa Pirauá, Luiz de Albuquerque Medeiros Filho e Lean Antônio Ferreira de Araújo nos cargos de Corregedor-Geral, Corregedor Substituto e Ouvidor do Ministério Público, respectivamente. Informou que irá juntamente com o Excelentíssimo Procurador de Justiça Márcio Roberto Tenório de Albuquerque, Subprocurador-Geral Administrativo-Institucional, à Secretaria de Fazenda tratar de assuntos relacionados ao incremento de receitas para o Fundo de FEMPEAL. Expressou otimismo quanto ao tema, afirmando que o poder executivo demonstrou apoio no encaminhamento de proposta de lei que assegure um aumento na receita do FEMPEAL. Dada a palavra ao Excelentíssimo Procurador de Justiça Vicente Felix Correia, este parabenizou o Presidente pela recondução ao cargo de Procurador-Geral de Justiça. Desejou sucesso no próximo mandato, afirmando que será melhor que o primeiro. Ato contínuo, o Presidente agradeceu mais uma vez a presença de todos e declarou encerrada a reunião, determinando a lavratura desta ata que fiz e rubriquei como Secretário designado do Colégio de Procuradores de Justiça, Almir José Crescêncio, Promotor de Justiça, sob a conferência e assinatura do Excelentíssimo Senhor Presidente da sessão.

Alfredo Gaspar de Mendonça Neto
Procurador-Geral de Justiça
Presidente da sessão

PAUTA DO COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA
1ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA ESPECIAL SOLENE - 02/01/2019

Convoco os Senhores Procuradores de Justiça para a 1ª Reunião Extraordinária Especial Solene do Colégio de Procuradores de Justiça, a se realizar na Sala Joubert Câmara Scala, localizada no 4º andar do edifício-sede, na data de 2 de janeiro de 2019, quarta-feira, às 11h, a fim de que o Colégio se reúna em sessão solene para dar posse ao Procurador-Geral de Justiça, ao Subprocurador-Geral Administrativo-Institucional, ao Subprocurador-Geral Judicial, ao Corregedor-Geral, ao Corregedor-Geral Substituto, ao Ouvidor e ao Ouvidor Substituto, exercício 2019/2020, nos termos do art. 8º, inciso III, de seu Regimento Interno.

Gabinete do PGJ/MPE/AL, 19 de dezembro de 2018.

ALFREDO GASPAR DE MENDONÇA NETO
Procurador-Geral de Justiça
Presidente do Colégio de Procuradores de Justiça

